

**Ata da 7ª Assembleia Geral Extraordinária  
Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezenove horas e dezenove minutos, no Colégio Municipal América Abdala, situado na Rua Carlos Viana Filho, s/nº, Nova Esperança, em segunda convocação, teve início a 7ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP, convocada por intermédio do edital publicada na edição nº 1082 do Jornal Oficial, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Anteprojeto LOA 2020 – projetos específicos. A assembleia contou com a participação de onze Conselheiros representantes da sociedade civil e com os seguintes Conselheiros Poder Público: Conselheiro Leandro Vasconcellos da SEDTUR, Marcio Senna Salgado da SEGEP, Carlos Henrique Tenoro da SEMAP, Raquel Schumacker Brust da SEMEDE e Osvaldo Coelho da SEMUSA. Os Conselheiros: Carlos Henrique B. dos Santos, Marisa Aparecida Dias, Sidney Cleber de Oliveira e Vanderlei Campos justificaram as suas ausências. Antes de iniciar a discussão da pauta, o Vice Presidente do CMPOP – Pedro Barbosa de Carvalho informou que iria presidir a reunião na ausência do Senhor Vanderlei Campos Presidente do CMPOP e estabeleceu normas de convivências - um tempo de cinco (5) minutos para cada conselheiro falar e se necessário deveria se inscrever novamente para uma segunda fala. O Conselheiro Paulo Schleder fez a leitura da Ata da 6ª AGE. O Conselheiro Sérgio Adriane alertou para que algumas palavras usadas para escrever a ata fossem alteradas, por considerar que a contextualização estava imprópria para o uso do CMPOP. O Conselheiro Antônio Augusto B. Lobo fez a sugestão de que na introdução os tópicos 1 e 2 ficassem mais claros, sugeriu que fossem separados em tópico 1, tópico 2 e tópico 3, alegando que os R\$ 3.000.000,00 não fazem parte da LOA, portanto deveriam ser separados do tópico 2. A Conselheira Leslie Carreiro sugeriu que a ata fosse enviada via e-mail para que cada conselheiro confirmasse a sua fala e indicasse as possíveis alterações da mesma. O Vice-presidente colocou a proposta da Conselheira Leslie em votação e a mesma foi aceita por todos os conselheiros. O Sr. Osvaldo Coelho representante da SEMUSA, falou que o saneamento é um tema muito debatido e discutido entre os conselheiros e que temos manifestado uma intensa luta para alcançar algum resultado nessa área e que o assunto ainda não está encerrado, que ainda sem data definida, mas em breve estaria agendada uma reunião com o presidente do SAAE onde o mesmo irá apresentar e explicar o Plano de Saneamento, e sugeriu que as reuniões fossem gravadas para facilitar a confecção das atas. Na sequência da sua fala pontuou que as comissões temáticas precisam ser capacitadas para enriquecer suas falas, que é preciso que todos os conselheiros saibam o que é a LOA e se prontificou em oferecer aulas de políticas públicas e de planejamento público para os conselheiros. O Vice Presidente Pedro Barbosa propôs que as atas da 6ª e da 7ª AGE fossem aprovadas na 9ª AGO do dia 2 de outubro de 2019. Em seguida, o Vice-presidente Pedro Barbosa de Carvalho relatou que devido à interferência de alguns conselheiros em sua coordenação do transporte com o Sergio Azevedo, não estará mais a frente da coordenação, passando a responsabilidade para os secretários ou para outro conselheiro. 1) Definição da alocação do recurso de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), disponibilizados para ser aplicado em projetos ou atividades indicados pelo CMPOP: O Conselheiro Paulo releu novamente as quatro propostas consolidadas para o uso da verba: capela mortuária de Rocha Leão, implantação do CAPSI, implantação do banco de leite e a reforma do pronto-socorro. A Conselheira Mara Moreira relatou que é contra a construção da capela mortuária pelo fato de contemplar somente uma localidade e não a população como um todo, mas, mesmo assim, ainda apoia as propostas do grupo. O Conselheiro Sérgio Adriane explicou que fez algumas pesquisas e constatou que a implantação de um banco

de leite não é um projeto tão simples como ventilado inicialmente e que, inclusive, fez uma postagem no dia 20 de setembro, em PDF, no grupo do POP – Rio das Ostras para que todos os conselheiros pudessem fazer a leitura do texto do Ministério da Saúde. O Conselheiro Osvaldo Coelho, representante da SEMUSA explicou que, assim que o município abrir a UPA, o pronto-socorro deverá ser replanejado em relação as suas funções de urgências e emergências pelo fato da UPA entrar na rede e assim conseguir captar recursos federais próprios da RUE ( Rede de Urgência e Emergência) , que a UPA tem a triagem classificada em três (3) cores: a cor verde significa que podem aguardar atendimento ou serem encaminhados para outros serviços de saúde, a cor amarela significa urgência - necessitam de atendimento rápido, mas podem aguardar, e a cor vermelha significa emergência que necessita de atendimento imediato, que a porta de saída da URA é o hospital que precisa de avaliação de risco senão não recebe verba (Classificação de Risco) . A Conselheira Ângela perguntou se é para retirar a reforma do pronto-socorro das quatro demandas sugeridas pelos conselheiros. O Conselheiro Paulo Schleder relatou que dos R\$ 3.000.000,00 da verba destinada às demandas o pronto-socorro é que necessita da maior parte e se os conselheiros querem redefinir hoje ou se querem continuar com o investimento no pronto-socorro. O Conselheiro Osvaldo Coelho sugeriu deixarmos esse valor para uso posterior, pois no município está se falando em abrir uma O.S. ainda neste ano. A Conselheira Rita Martins perguntou como vai ser a referência para o atendimento da UPA, lembrando que a opção do CMPOP era melhorar a entrada e a área onde se toma medicação. O Conselheiro Osvaldo, representante da SEMUSA, respondeu que podemos sim fazer a reforma e que posteriormente o espaço seria reaproveitado. O Conselheiro Sérgio Adriane comentou que, na opinião dele, o pronto-socorro vai permanecer prestando serviços por mais um longo período e, por este motivo, acha viável fazermos a reforma do mesmo. O Conselheiro Osvaldo comentou que precisamos discutir políticas públicas, que há outra possibilidade de transformar o pronto-socorro em uma Unidade de Saúde da Mulher com exames preventivos, mamografia e outros cuidados específicos da mulher e inserir, futuramente, ali também o banco de leite. Explicou que se inserirmos o banco de leite no hospital da mulher, seria possível conseguir verba federal para o custeio do mesmo. Entende ser mais oportuno investirmos primeiro no hospital da mulher e deixar o banco de leite para depois. Continuou explicando que o município tem 870 crianças portadoras de algum tipo de deficiência na rede pública e que o CAPSI seria um ponto de referência para essas crianças que necessitam de um tratamento adequado, que o CAPSI será um investimento com sustentabilidade, estimando que o valor de R\$ 600.000,00 seria o suficiente para adquirir a casa e que falta somente conferir a logística da casa para o uso do CAPSI. Por fim, comentou também que já está resolvido o problema do CAPSAD. O Conselheiro Leandro, representante da SEDTUR, ministrou seu tempo de fala com uma nova sugestão: ao invés de reformarmos o pronto-socorro seria de maior relevância transformá-lo em um hemonúcleo, com hemodiálise, coleta de sangue e tomógrafo. O Conselheiro Sergio se prontificou em fazer um levantamento de preço para a construção da capela de Rocha Leão, se tem algum terreno para construir a mesma e ainda se temos para a venda em Rio das Ostras uma casa grande com três a quatro para implantar o CAPSI. O Conselheiro Lobo falou que fez algumas pesquisas e concluiu que não é tão simples implantar um CAPSI, que é preciso verificar bem as características que o local exige para fazer a implantação do mesmo. O Conselheiro Osvaldo sugeriu que com R\$ 600.000,00 seria possível adquirir um imóvel que se enquadre no CAPSI e sugeriu, por sua vez, que achava mais oportuno investirmos em uma Unidade Transfusional e reformar o pronto-socorro. O Conselheiro Leandro concorda com o Conselheiro Sergio Adriane que o pronto-socorro ainda vai permanecer aberto e funcionando por um longo tempo. A Conselheira Juscemar comentou que o hemonúcleo estaria dentro de um conjunto de

melhorias que a cidade e a saúde estão precisando. O Conselheiro Osvaldo Coelho informou que a Unidade Transfusional pode fazer coletas de sangue e que o hospital de Rio das Ostras já possui um laboratório que pode ser aproveitado para fazer a implantação da mesma. Na sua opinião, R\$ 1.500.000,00 seria o suficiente para fazer a implantação da Unidade,, comprar geladeiras, insumos e bolsas. O Conselheiro Marcio Salgado, representante da SEGEP perguntou se as demandas que estamos selecionando para fazer o investimento são demandas da população, resultados das últimas setoriais. Alertou que para construir a capela de Rocha Leão precisamos de terreno e perguntou se verificamos se há algum que possa ser usado ou comprado, declarando que na ultima reunião técnica com a SEGEP, ficou visível que faríamos o investimento no saneamento básico. O Conselheiro Osvaldo Coelho respondeu: que o CMPOP foi inteligente, que o nosso propósito é avançar na discussão da captação de recursos através do uso do Plano Municipal de Saneamento e que através dele podemos conseguir verba federal. Que o valor que o CMPOP recebeu foi uma doação. O Conselheiro Lobo acrescentou que a saúde foi à segunda demanda mais votada. O Conselheiro Marcio Salgado continuou que a LOA é uma coisa e se os R\$ 3.000.000,00 são outra coisa. Que os recursos não estão carimbados e que se está acertando definições. O Conselheiro Lobo respondeu que a LOA 2020 está com uma falha por não conter o Plano Municipal de Saneamento Básico, que a prefeitura não pode exigir que o CMPOP invista em Saneamento por não conter um Plano Diretor na LOA, continuou alegando que nós do CMPOP poderíamos ter usado as setoriais como conferências e com isso lutarmos por verbas federais. A Conselheira Leslie relatou que o Plano de Saneamento foi discutido há dois anos e que foi perdido por causa da crise que se instalou no município e que agora ninguém nem sabe onde está esse Plano de Saneamento. O Conselheiro Paulo comentou que na manhã seguinte teria uma reunião com a SAAE e que iria investigar a respeito do Plano de Saneamento e nos passar os resultados dessa sua reunião. O Conselheiro Paulo sugeriu também que fosse implantada na cidade a Casa dos Conselhos. O Conselheiro Sérgio Adriane falou que não concorda com a proposta do Conselheiro Paulo por achar imprudente usarmos a verba para benefício próprio. Ficou definido, em consenso, as seguintes demandas: Capela Mortuária de Rocha Leão no valor de R\$ 250.000,00, CAPSI no valor de R\$ 750.000,00, reforma do Pronto-Socorro, no valor de R\$ 1.000.000,00 e o hemonúcleo no valor de R\$ 1.000.000,00. Esgotado o tempo, o Vice-presidente Pedro Barbosa de Carvalho encerrou a reunião às vinte e uma horas e vinte e três minutos, lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim Claci Heinrichs – 2ª secretária e Pedro Barbosa de Carvalho, vice presidente do CMPOP.

Claci Heinrichs  
**Secretária**

Pedro Barbosa de Carvalho  
**Vice Presidente CMPOP**